

## O psíquico e o social: releituras e reflexões em busca de uma reconstrução do sentido<sup>1</sup>

Sandra Maria Patrício Ribeiro

“Sempre busquei e busco e continuarei buscando aquilo que denomino o Fenômeno Total, ou seja, o Todo da consciência, das relações, das condições, das possibilidades, das impossibilidades...” (VALÉRY, P.)<sup>2</sup>

Este ensaio assume como ponto de partida a definição largamente aceita da psicologia social como campo disciplinar que tem por objeto a *interação humana*. O conceito de interação, oriundo da física, indica a influência mútua ou recíproca entre dois ou mais sistemas. No campo da psicologia social, o conceito de interação geralmente se aplica às relações interpessoais, intragrupais e intergrupais, sendo cada um dos indivíduos e/ou grupos envolvidos considerados como um sistema, cuja natureza híbrida conjugaria aspectos psicológicos e sociológicos. É neste sentido que o termo “psicossocial” vem sendo utilizado em diversos setores (saúde, educação, assistência social etc.) para expressar a conjugação de fatores psíquicos e sociais influentes no comportamento humano, individual ou coletivo. Ainda mais frequentemente, a própria expressão “fatores psicossociais” vem sendo utilizada para afirmar a existência não apenas de uma possível relação entre o social e o psíquico, mas também que se trataria de uma relação linear e unidirecional, na qual o psíquico seria “afetado” pelo social. Veja-se, por exemplo, a nota explicativa para o termo “fatores psicossociais” na terminologia da Biblioteca Virtual em Saúde, referida ao Dicionário de psicologia APA (2010):

FATORES PSICOSSOCIAIS. Fenômenos e influências sociais, culturais e ambientais que afetam a saúde mental e o comportamento do indivíduo e

---

1 O presente texto recupera a comunicação proferida na mesa redonda *Psicologia social e ambiente*, no bojo do primeiro Simpósio do PST: *A questão psico-social: significações do hifen*, ocorrido em 30 de novembro de 2015.

2 Paul Valéry (*Cahiers*, XII, p. 722) apud Ítalo Calvino, 1990 (p. 132).

de grupos. Essas influências incluem situações, relacionamentos e pressões sociais, como competição por acesso e educação, tratamento de saúde e outros recursos sociais, mudança tecnológica rápida; prazos de trabalho; e mudanças nos papéis e posições de mulheres e grupos minoritários.

Ora, as relações entre o social e o psíquico estão longe de estarem bem demonstradas, e o está menos ainda que sejam relações do tipo linear que o enunciado denota e conota – afinal, o que se entende por “afetar”? No texto, o emprego do verbo parece referir a um de seus sentidos latos, que é a ação de atingir e causar lesão. Assim, o enunciado sugeriria uma relação de causalidade local, na qual o social seria a causa e o psíquico, seu efeito, com conotações redutoras e deterministas tão evidentes quanto questionáveis. Mas as questões colocadas pelo enunciado que aqui se pretende discutir são outras, as mais singelas, mas também as principais e mais graves: o que é o “psíquico”? O que é o “social”? Se levadas a sério, talvez estas perguntas não admitam respostas e, de qualquer modo, não admitem respostas triviais. Seria preciso repisar as afirmações de que tal questionamento, aliás, atravessa os séculos da história do pensamento ocidental, senão de todo o pensar? Repisemos apenas aquela com que Maurice Reuchlin (1965) inicia seu livro introdutório à história da psicologia: “se a psicologia ainda fosse aquele ramo da filosofia consagrado ao estudo da ‘alma’, sua história começaria com os primeiros sinais do pensamento humano” (p. 7).

Logo, em vez de buscar apressadamente uma resposta, o melhor é manter uma atitude de abertura ao pensar. Sobretudo, é preciso cautela para que o pensamento não seja tragado pelas seduções e sequestros que, diuturnamente e a cada dia mais vigorosamente, ameaçam desencaminhar todo o conhecimento para fins, em última análise, imediatistas e utilitários – não importando, aqui, se estes fins possam ser revestidos por uma roupagem ideológica de aparência mais ou menos benigna.

Mas, para instalar a necessária abertura do pensar é preciso, antes, afastar, ou pelo menos relativizar, ideias hoje comumente aceitas, que têm como efeito o velamento ou a distorção das perguntas sobre o “psíquico” e o “social”. Uma consideração a afastar definitivamente é que o “psíquico” equivale ao objeto de estudo da psicologia e, similarmente, o “social” equivale ao objeto de estudo da sociologia – portanto, caberia a estas duas disciplinas oferecerem as respostas buscadas e, neste caso, o “psíquico” seria as funções mentais e comportamentais (gerais e diferenciais) e o sentido vivido por indivíduos singulares, enquanto o “social” seria as estruturas institucionais e regulações coletivas, as determinações e significados sociais dos comportamentos. Tais considerações devem ser afastadas porque não nos fazem avançar um passo sequer; no caso do “psíquico”, apenas substituímos a misteriosa palavra “psique”, plena de simbolismos e ressonâncias míticas e históricas, por “mente”, “comportamento”, “sentido vivido” – de todo modo, ainda pre-

cisamos perguntar o que são, em que consistem, como se originam, desenvolvem-se e funcionam, que papel jogam entre si e nas relações humanas e, sobretudo, se esgotam ou não o campo antes recoberto pela palavra “psique”... Evidentemente, estas são perguntas que desafiam a pensar muito além da psicologia e, *mutatis mutandis*, isso se aplica ao caso do “social”.

A abertura ao pensar exige, também, uma relativização dos pensamentos já estabelecidos, o que implica, necessariamente, uma revisão destes pensamentos. Esta revisão, porém, não é tarefa a ser executada nos limites deste texto; aqui, pretendo apenas sugerir uma releitura “ingênua” de três textos em psicologia social. Estou plenamente cônica de que a “ingenuidade” tem sido, com razão, um qualificativo ruim para a psicologia e para a psicologia social, sinônimo de uma atitude acrítica; mas eu a utilizo em outro sentido. A ingenuidade pode ser entendida, também, como a condição fundamental de todo aprender, e seu reconhecimento, a condição fundamental de todo ensinar; neste sentido, uma postura ingênua pode, paradoxalmente, sustentar uma atitude crítica profunda e genuína. Assim, as próximas páginas consistem em releituras ingenuamente críticas de textos escritos por três reconhecidos mestres da psicologia social: José Bleger, Jean Maisonneuve e Frederic Munné, buscando reencontrar neles sendas abertas em direção ao sentido dos termos “psíquico” e “social” que não foram ainda suficientemente exploradas.

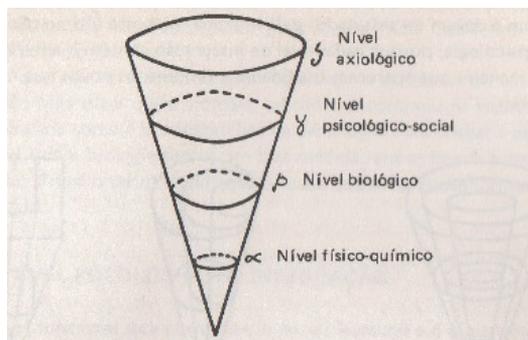
Em seu livro *Psicologia da conduta*, Bleger (1984) teve a declarada intenção de apresentar uma “espécie de plano ou projeto de uma psicologia geral da conduta” capaz de conferir coerência e unidade à psicologia e, inobstante ela ter, ainda hoje, a mesma “aparência de uma verdadeira dispersão, sem ordem, sem nexos, sem sentido, sem comunicação” (p. 11) que o incomodava décadas atrás, sua contribuição não foi inócua e suas teses foram incorporadas, às vezes de modo implícito e até inadvertido, em muitos setores da psicologia social latino-americana. Daí que seja válido o esforço no sentido de distinguir, dentre suas proposições quanto ao sentido do “psíquico” e do “social”, aquelas que favorecem seu esclarecimento daquelas que favorecem seu obscurecimento. O livro foi publicado pela primeira vez em 1963 e reeditado vinte anos depois pela Editorial Paidós de Buenos Aires (no ano seguinte, uma tradução de Emília de Oliveira Diehl e Mario Fleig foi publicada no Brasil pela Editora Artes Médicas de Porto Alegre); nesta segunda edição, incorpora-se ao livro um apêndice, no qual figura um novo capítulo (“Psicologia e níveis de integração”). Em notas de rodapé no prólogo (p. 11) e no apêndice (p. 206), o autor informa que esse novo capítulo data, de fato, de 1964, e que modifica o tratamento dado ao assunto no capítulo correspondente no corpo principal do livro (capítulo seis, “Níveis de integração da conduta”, que consta essencialmente inalterado mesmo na reedição). Estas notas do autor justificam, portanto, que os dois textos sejam tomados conjuntamente.

No texto de 1963, Bleger postula cinco níveis de integração para a conduta humana: físico-químico, biológico, social, psicológico e axiológico. A compreensão do autor sobre estes “níveis de integração” é dada na passagem:

Entende-se por integração um desenvolvimento no qual há um progressivo e crescente aperfeiçoamento e complexidade na organização, na estrutura e na função, e essa progressiva complexidade e aperfeiçoamento cumprem-se por etapas, planos ou níveis. Em cada um desses níveis, a crescente diferenciação, complexidade e aperfeiçoamento da organização funcional coincidem com o aparecimento ou surgimento de novas qualidades ou características que não existiam nos níveis precedentes (p. 61).

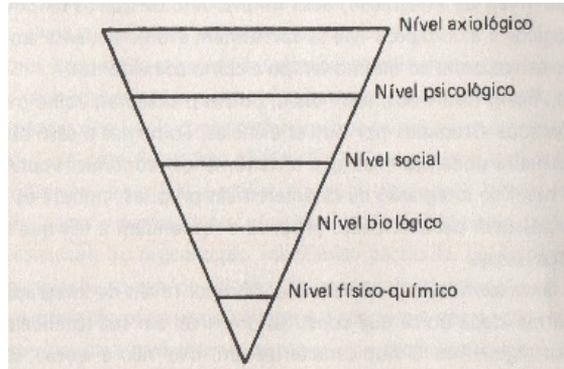
Há uma evidente estratificação hierarquizada destes níveis, indicada tanto pelas figuras que ilustram o capítulo, quanto por diversas passagens do texto. Nesta estratificação, os níveis físico-químico e biológico são consistentemente apontados como sendo, no caso humano, superados pelo nível psicológico; já o nível social ora apresenta-se como distinto e “precedente” ao psicológico (como na passagem citada a seguir e na Figura 15.2), ora como compondo-se a este (como na Figura 15.1). Em suas próprias palavras:

[o nível psicológico de integração] é o nível funcional que corresponde ao ser humano e é o que alcança o grau maior de integração de todos os níveis de organização existentes, não só no homem como também na natureza e entre os seres vivos. Toda conduta do ser humano manifesta-se sempre no nível psicológico de integração, quer dizer, que tem os caracteres que correspondem à qualidade de acontecimento humano, contendo e sintetizando, por sua vez, os níveis biológico e social (BLEGER, 1963, p. 65).



**Figura 15.1** Reprodução da figura 15, que apresenta a primeira formulação de José Bleger dos níveis de integração.

Fonte: BLEGER, José. **Psicologia da Conduta**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984. p. 63.



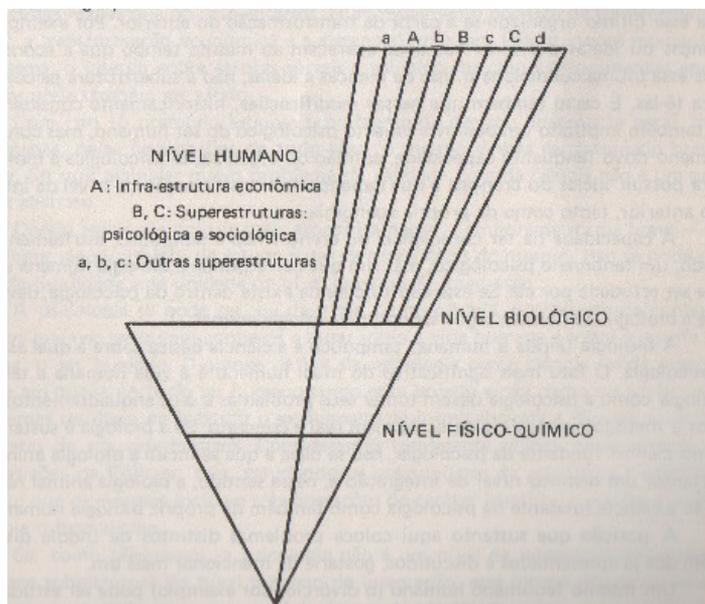
**Figura 15.2** Reprodução da figura 27, que, no apêndice do livro, apresenta-se como uma recuperação da primeira formulação de José Bleger dos níveis de integração, para a corrigir (mas, note-se, não é idêntica à Figura 15.1).

Fonte: BLEGER, José. **Psicologia da Conduta**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984. p. 207.

A modificação deste primeiro modelo dos níveis de integração da conduta humana apresentada no apêndice de 1984 (mas que teria sido formulada já no ano seguinte à publicação do livro) causa alguma perplexidade. Primeiro, porque se trata de uma reformulação drástica, realizada em relativamente muito pouco tempo; segundo, porque, em vez de reformular o capítulo publicado inicialmente, o autor prefere compor um capítulo inteiramente novo e fazê-lo publicar como apêndice, sem suprimir a versão original – esta circunstância sempre me fez suspeitar que o próprio Bleger jamais esteve plenamente convicto que sua primeira formulação era tão simplista, inadequada e errônea quanto ele próprio diz em seu apêndice (p. 207).

Neste novo texto, Bleger apresenta sua concepção de “nível de integração” como “uma organização particular que abarca um conjunto de objetivos e fenômenos, constituindo uma unidade que responde às leis particulares que lhe são inerentes e específicas”, e prossegue: “Nesse sentido, o ser humano apresenta, evidentemente, uma organização e uma unidade muito particulares, que nos permitem admitir *um nível de integração especificamente humano*” (1984, p. 206, grifo do autor).

A reformulação expressa-se em duas teses: a primeira delas é que “os fenômenos psicológicos, sociológicos e axiológicos não constituem três níveis diferentes e sim uma segmentação da vida humana em três parcelas que logo necessitamos reunir, integrar ou sintetizar” (p. 208); a segunda é que os “fenômenos estudados pela psicologia, sociologia e axiologia correspondem a um mesmo nível que podemos chamar de nível humano de integração” (BLEGER, 1984, p. 208). Outra tese que emerge do texto, embora não seja explicitada como tal pelo autor, é que este “nível humano” estaria constituído por segmentos – ou “subestruturas” – correspondentes aos fenômenos econômicos, psicológicos, sociais, jurídicos e biológicos, como se representa na Figura 15.3:



**Figura 15.3** Reprodução da figura 28, que apresenta a segunda formulação de José Bleger dos níveis de integração.

Fonte: BLEGER, José. **Psicologia da Conduta**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984. p. 211.

Bleger salienta dois aspectos deste modelo, que cumpre comentar. Primeiro, nesta nova formulação, a “fratura” que demarcaria o nível biológico e o nível humano, já indicada no primeiro modelo, é radicalizada ao extremo; tal fratura estaria dada, segundo o autor, pelo *aparecimento do homem como ser social*: “a vida humana introduz uma verdadeira *fratura* na evolução (embora essa evolução tenha se cumprido também gradualmente) e essa fratura está dada pelo aparecimento do homem como ser social” (1984, p. 211, grifo do autor).

A partir desta suposta fratura, Bleger defende que seria necessário distinguir o nível de integração “biológico” (campo da biologia e da “psicologia animal”, que, nesta perspectiva, em nada contribuem para os estudos do homem) de possíveis ciências ainda não criadas, as quais deveriam se ocupar dos aspectos biológicos do ser humano, mas em seu específico nível de integração – nomeadamente, uma “biologia humana” e uma “medicina humana”, que viriam a ocupar um lugar entre as demais subestruturas do “nível humano”.

Deve-se notar que a suposta fratura evolutiva, insistentemente defendida por Bleger, é uma tese extremamente controversa. Em favor da brevidade, é preciso omitir a exposição dos argumentos que sustentariam a tese contrária, provindos da etologia, da paleoantropologia etc., e tão somente apontar que, primeiro, na escala evolutiva, a emergência da sociabilidade é muito anterior ao aparecimento do ser humano; segundo, que se houvesse, de fato, uma “fra-

tura” absoluta e intransponível entre os níveis biológico (para nem falar do físico-químico, base de toda a farmacologia) e humano, não se poderia esperar que avanços em campos como, por exemplo, a neurobiologia (boa parte deles propiciados a partir de estudos realizados com animais não-humanos) pudessem vir a contribuir para a compreensão de fenômenos como a linguagem, o aprendizado e a memória (entre outros). No entanto, isto é o que se verificou ao longo de todo o último século, desde os trabalhos pioneiros de localização cortical das funções mentais superiores, como a linguagem e a memória, e sobretudo em seu último quartel, com o desenvolvimento de técnicas não invasivas de imageamento em tempo real do funcionamento cerebral, como a tomografia por emissão de pósitrons (PET), que vêm propiciando indícios diretos do funcionamento cerebral subjacente ao comportamento. Estes estudos exerceram um poderoso impulso para a elaboração de hipóteses e o desenvolvimento de procedimentos de pesquisa cada vez mais refinados, relativos aos processos neuronais e sinápticos (e até genéticos) implicados nas condutas normais e patológicas.<sup>3</sup> Portanto, mesmo sendo verdadeiro que “o ser humano apresenta, evidentemente, uma organização e uma unidade muito particulares, que nos permitem admitir *um nível de integração especificamente humano*” (1984, p. 206, grifo do autor), isto não basta para sustentar a defesa de um “nível de integração especificamente humano”, introdutor de uma “uma verdadeira *fratura* na evolução”.

O segundo aspecto salientado por Bleger que cumpre retomar é o papel determinante da economia sobre os fenômenos próprios das demais subestruturas do nível humano – papel este que estaria adequadamente qualificado pela “relação admitida entre infra-estruturas e superestruturas”:

Quando um movimento revolucionário modifica a estrutura econômica de uma sociedade, modificam-se as superestruturas e isso significa que, como subestrutura, a economia tem, no sistema total, um valor de tal magnitude que nos permite modificar – partindo dele – as características de *todo* o nível humano em seu conjunto e em todas as suas manifestações (1984, p. 209, grifo do autor).

Novamente, Bleger toma como assentes as teses que ele próprio admite – no caso, a tese marxista de que a infra-estrutura econômica determinaria a superestrutura social. Também aqui, em vez de uma explicitação dos seus pressupostos e a indicação dos fatos conhecidos que os corroboram, toda a argumentação an-

---

3 Uma ampla revisão destes avanços é apresentada em KANDEL; SCHWARTZ; JESSELL (1997).

cora-se na fórmula “*Sabemos* que, nesse nível de integração constituído pela vida humana, nossa organização econômica joga um papel fundamental na determinação de outros fenômenos do mesmo nível, tais como os fenômenos psicológicos, sociais etc.” (1984, p. 209, grifo nosso)

Note-se que sobre tais operações, digamos, retóricas, ancoram-se as afirmações sobre a existência de um “nível de integração especificamente humano” e sobre o “papel fundamental” (determinante) exercido pela economia em relação às demais subestruturas deste mesmo nível – afora afirmações que atribuem à “alienação” econômica e social a causação de todos os equívocos científicos (por exemplo, 1984, p. 209) e a algo como a “participação”, a superação de todos os obstáculos ao conhecimento, bem como de todas as mazelas da humanidade (1984, p. 210). Ademais, é preciso notar que, sobre os frágeis alicerces retóricos apontados anteriormente, vem se sobrepôr uma hierarquização que confere ao “psicológico” e ao “social” um papel de algum modo “mais básicos” ou “mais significativos” (1984, p. 211) que o de outras subestruturas (“superestruturas”) admitidas no nível humano, como a biológica (no sentido de “biologia humana”) e a jurídica (vide Figura 15.3, anteriormente).

Na defesa do texto de Bleger, podemos sempre destacar que, já em seu segundo parágrafo, ele próprio assume expressamente a aceitação de “uma quantidade de pressupostos que não desenvolverei aqui” e que não pretende “uma exposição rigorosa e sim a reflexão sobre esses problemas” (1984, p. 206); por isso mesmo, não parece impertinente que o tenhamos tomado como objeto de crítica, se com isto pudermos reencontrar nele a inspiração para uma *reabertura do pensamento*. E é nesta direção que vale destacar uma passagem com implicações epistemológicas particularmente instigantes:

*Quando estudamos o ser humano, no nível de integração que ele possui, temos a rigor que estudar a vida humana; e essa proposição é válida, seja que a estudemos no indivíduo, no grupo, na instituição ou na comunidade, quer dizer, nos distintos âmbitos da vida humana ou em distintos campos (escola, fábrica, família, etc.) (BLEGER, 1984, p. 207, grifo nosso).*

Esta passagem, que li pela primeira vez nos tempos do bacharelado, nunca deixou de inspirar minhas buscas, inclusive me levou a explorar campos muito distantes daqueles habitados pelo próprio Bleger – e não é esta a função primordial de um mestre? Por isto mesmo, esta releitura, se aponta os pressupostos reducionistas adotados por Bleger, sobretudo no referido apêndice, pretende muito mais destacar seu esforço sincero para apreender de modo sistemático a “totalidade e unidade concreta” da vida humana, evidenciado na conceituação inicial dos

“níveis de integração da conduta” – esta é uma diretriz que cabe sempre retomar em psicologia social.<sup>4</sup>

Este esforço, embora fundamentado em outros pressupostos, também se patenteia num texto bastante conhecido de Jean Maisonneuve (1977), no qual a psicologia social (ou psicossociologia, com o mesmo sentido) apresenta-se como o campo de conhecimento incumbido de investigar exaustivamente a interação dos processos sociais e psíquicos no nível das condutas concretas e a interação das pessoas e dos grupos no quadro da vida cotidiana, bem como promover a junção entre o aprobe objetivo e o do sentido vivido no nível do(s) agente(s) em situação (p. 5). Esta imagem de uma *ciência charneira*, a ciência da “encruzilhada” entre psicologia e sociologia, é enfatizada pelo autor:

É com efeito (e nisso insistimos), esse cuidado de concretude e de exaustividade que caracteriza a psicossociologia e seu papel de charneira: pois a sociologia, reduzida a si mesma, se limita ao jogo das estruturas institucionais e das regulações coletivas. Assim também, o aprobe puramente psicológico se aplica a ‘funções mentais’ encaradas em sua generalidade, ou sob seus aspectos diferenciais. Nem um nem outro está em condições de assumir integralmente a descrição e a interpretação de uma conduta em situação, seja porque esta é estudada sem personalizar os sujeitos, seja porque se estudam os sujeitos sem situar-lhes suficientemente as condutas (MAISONNEUVE, 1977, p. 5-6).

O autor é bastante claro ao apontar as “tendências imperialistas e redutoras manifestadas tanto pelos psicólogos como pelos sociólogos” (p. 7 e seguintes), as quais engendrariam concepções dicotômicas da realidade humana. A superação destas tendências redutoras dependeria, basicamente, da mediação feita pela psicologia social, em seu cuidado de concretude e exaustividade.

Maisonneuve, aliás, prima pela amplitude com que expõe as relações da psicologia social com alguns ramos da sociologia (nomeadamente a etnologia) e da psicologia (nomeadamente, com as abordagens psicanalíticas e fenomenológicas) – em cada um destes ramos, esquadrinha os matizes mais ou menos culturalistas ou naturalistas e neles sublinha as contribuições que podem oferecer à tarefa da psicologia social. Neste trabalho, por diversas vezes, Maisonneuve chega a tan-

---

4 Diga-se de passagem: na perspectiva de uma reabertura ao pensar, talvez a própria ideia de um “nível especificamente humano de integração” pudesse ser retomada com base em outros pressupostos – mesmo que a ideia em si não se sustentasse, outros *insights* poderiam advir disto. Aliás, a mudança brusca do ponto de vista de Bleger seria, em si, uma questão de pesquisa muito pertinente do ponto de vista da história da psicologia social latino-americana...

genciar aspectos implicados nas condutas concretas que extrapolam os objetos classicamente estudados pela psicologia ou pela sociologia, sem que isto chegue a se converter numa ultrapassagem radical deste conflituoso campo – até ao contrário, todo o seu texto assume a quase suficiência dos conhecimentos produzidos por estas duas disciplinas, ressaltando-se a necessidade de articulá-los entre si, função a ser cumprida pela psicologia social.

Assim, mesmo que o modifique um pouco, Maisonneuve não chega a alterar radicalmente a espécie de “Tratado de Tordesilhas” celebrado entre psicologia e sociologia em relação ao estudo das condutas humanas. Mas este tratado reflete clivagens bem mais antigas – natureza-cultura, ética-política, indivíduo-sociedade etc. –, que deram os primeiros contornos da psicologia e da sociologia e, também, quase ao mesmo tempo, define o campo da psicologia social como apenso à primeira.

Mas a aludida clivagem natureza-cultura terá um desdobramento muito significativo, por volta dos anos 1930, no campo da psicologia: o embate entre teses instintualistas (que também poderíamos chamar “naturalistas”) *versus* teses ambientalistas (que, por sua vez, desdobram-se em muitas versões). Em áreas como a psicologia do desenvolvimento, este embate contribuiu para avanços, tanto do ponto de vista teórico como metodológico. No caso da psicologia social, ao contrário, conduziu à exclusão das teses naturalistas. Este resultado implicou o esmaecimento da conotação sobretudo psicológica da psicologia social; por outro lado, a perspectiva ambientalista tendia a borrar sua diferença em relação à sociologia, impondo a necessidade (sobretudo “institucional”) de uma nova configuração de suas fronteiras. Um quadro matizado desta situação é oferecido por Tassara (2006, p. 7-8):

Neste período [ao redor dos anos 1930] se iniciaram tentativas, muitas vezes não convincentes, de diferenciação entre o objeto da psicologia social em relação ao da sociologia; um certo consenso se estabeleceu na formulação de que, de um lado, o contexto coletivo constituía-se em objeto de estudo de ambas, mas, de outro, a sociologia se interessaria exclusivamente pelo significado social e as determinações sociais dos comportamentos, enquanto que a psicologia social os examinaria como expressões vividas pelos indivíduos singulares. Essa diferenciação foi depois sempre perdendo incisividade, dado que a psicologia social passou a assumir cada vez mais objetos de estudo tradicionais da sociologia (como a comunicação de massas) e, de outra parte, pela emergência da micro-sociologia, a qual passou a enfrentar temáticas relacionadas às relações inter-pessoais (por exemplo, como na obra de Goffman).

Muitos outros autores que comentam este período referem-no como um período de crise e falam na “derrota” das teses instintualísticas (por exemplo, MUNNÉ,

2008, p. 29 e seguintes). Podemos encontrar ainda em Tassara (2006, p. 3) uma citação de Koselleck feita por ela como um parêntese, lembrando-nos que:

A palavra *kritik*, crítica (em francês *critique*; em inglês *criticks*, hoje apenas *criticism*) tem em comum com *krise* (em francês, *crise*; em inglês, *crisis*) a origem grega, de verbo significando: separar, eleger, julgar, decidir, medir, lutar e combater. O emprego grego de *krisis*, *crise* em português, significa em primeiro lugar, separação, luta, mas também decisão, no sentido de uma recusa definitiva, de um veredicto ou juízo em geral, que hoje pertence ao âmbito da crítica.<sup>5</sup>

Parece-me que estas lições – se bem aprendidas – devem nos fazer supor que tudo estaria bem se as teses instintualísticas (ou “naturalistas”) tivessem sido terminantemente refutadas e, assim e por isto, tivessem deixado de ecoar. Todavia, se ainda ecoam em outros campos, deve-se considerar a hipótese que tais teses apenas tenham saído vencidas em um embate que logrou *forcluí-las* da psicologia social instituída desde então. E mais: que até aqui nada autorizaria supor como cientificamente válidos nem as motivações de quaisquer dos contendores, nem os argumentos que empregaram nesta luta.

Ora, ocorre que, para o bem e para o mal, tais teses (sob formas mais ou menos “instintualistas”, “inatistas”, “nativistas” ou “naturalistas”) continuaram alimentando o pensamento e a pesquisa sobre o comportamento social em muitos campos. Evidentemente, não haveria espaço aqui para analisar este e outros “ecos” instintualistas; mas, atendo-nos à psicologia e aos bons desdobramentos, não se pode ignorar, por exemplo, a cuidadosa revisão do conceito de instinto procedida por John Bowlby no bojo de suas investigações sobre o apego conduzidas ainda na década de 1950 e já de há muito difundida por meio da segunda parte do primeiro volume constitutivo da trilogia *Apego e perda* – e desdobrada, por sua vez, em diversos outros estudos teóricos e empíricos sobre as interações humanas (BOWLBY, 2002). Este único exemplo, *de per si*, autoriza – até exige – que se reconsidere atentamente as controvérsias naturalismo *versus* ambientalismo e o tipo de resolução que lhe é dado não apenas pelo comportamentalismo, como também, e sobretudo, pelas mais variadas formas do construcionismo social e pelas psicologias sociais de índole humanista ou marxista.

Esta reconsideração atenta é especialmente importante hoje, quando a popularidade alcançada pela perspectiva construcionista nas ciências humanas tende a ter como efeito a quase dispensa de fundar seus argumentos em evidências empíricas e argumentos válidos. Desnecessário dizer que um “efeito colateral” desta

---

5 KOSELLECK, R. *Crítica e crise*. Uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: EDUERJ; Contraponto, 1999. p. 201-2. apud TASSARA, 2006, p. 3.

popularidade é a aproximação de uma dinâmica da hegemonia, extremamente danosa à correção do pensamento. Cabe ressaltar que o que está em questão aqui não é a correção das teses instintualistas/naturalistas – é a legitimidade de sua exclusão do campo da psicologia social, como frequentemente se tem visto acontecer, muitas vezes sob a justificativa de que as teses naturalistas teriam um “uso ideológico”. Ora, tal argumento é espúrio se consideramos que nunca estaremos isentos, “puros”, de ideologia: não se descure que as teses ambientalistas foram e são, igualmente, usadas com fins ideológicos!

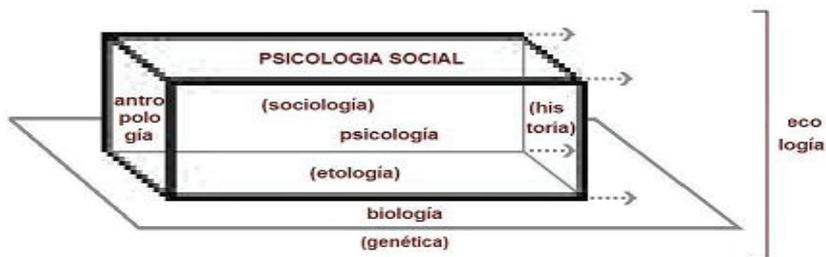
Considerada nesta perspectiva, a exaustividade exigida por Maisonneuve, conquanto represente um avanço para a superação das querelas que sempre opuseram as orientações psicologistas e sociologistas em psicologia social, pode também ser vista como um “esquecimento” que recobriria (ocultando)<sup>6</sup> a tese naturalista, na medida em que deixa intocada – senão velada – a questão da relação natureza-cultura, desde sempre incrustada no seio destas discussões. Aliás, conquanto se trate de questão que se espalha por quase todos os campos do pensamento ocidental/ocidentalizado, é fato notável que seja cada vez menos debatida – em vez do debate, como no caso das querelas psicologistas e sociologistas em psicologia social, aqui também se verifica um insulamento das orientações primariamente possíveis: de um lado, reúnem-se os pensadores naturalistas, de outro, os culturalistas – e entre eles muito pouca conversa é viável. Mas, a despeito deste insulamento, também é fato notável que esta questão segue ganhando sempre novos contornos e importância à medida que avançam a etologia comparada, a psicobiologia e a neurociência. Em suma, caberá dizer que as questões que envolvem as relações natureza – cultura, por mais espinhosas que sejam, são inarredáveis – e cumpre a quem queira pensar seriamente sobre as interações humanas encontrar um ponto de vista adequado para as enfrentar...

Frederic Munné, professor emérito da Universidade de Barcelona e nosso contemporâneo, oferece-nos uma outra imagem da psicologia social – bem mais complexa que aquela oferecida pelo “nível de integração especificamente humano” inteiramente determinado pela economia de Bleger e do que a “encruzilhada” bidimensional de Maisonneuve. Diga-se de passagem, Munné advoga que tanto a investigação como a intervenção sobre o comportamento humano exigiria, ao contrário do que costuma ser advogado sob a égide da “espada de Ockham”, a adoção de conceitos apropriados (sem reducionismos) das chamadas “teorias das complexidades”, cujo fundo epistemológico, segundo ele, diz respeito às chamadas ciências “humanas”, “do comportamento” ou “sociais”, de certo modo até mais profundamente do que às ciências naturais em meio às quais emergiram (para

6 Aqui, as palavras “esquecimento” e “ocultação/ocultamento” são empregadas propositalmente, como referência à análise empreendida por Heidegger (2005) a respeito da palavra *aletheia* e sua contra-essência, em seu estudo sobre Parmênides.

uma exposição mais detalhada de seus argumentos, ver MUNNÉ, 2012). Para este autor, compreender o comportamento social exige recorrer a um modelo integrador das diversas dimensões do comportamento humano enquanto tal, o qual se organizaria em três eixos: indivíduo-sociedade, espaço-temporal e bio-ecológico (MUNNÉ, 2008, p. 142-143). Segundo este modelo, as ciências do comportamento poderiam representar-se em um prisma, cuja descrição verbal nos é dada por Munné nos seguintes termos:

Na base do prisma está a ciência do comportamento animal que chamamos etologia. Através dela, todas e cada uma das ciências do comportamento enraízam-se na biologia (e, em último termo, na genética), representada pelo plano sobre o qual assenta-se o prisma. Sobre a base etológica (na realidade, a dupla base bio-etológica) edificam-se e trabalham a partir de distintos planos de observação, a psicologia, a sociologia e a psicologia social, planos que correspondem respectivamente ao estudo das manifestações uni, trans e interpessoais do comportamento. As três faces frontais e a face superior do prisma representam estes três planos. A antropologia e a história, como eixo espaço-temporal do comportamento, estão representadas, respectivamente, nas faces laterais do prisma, de tal modo que se nele fizermos cortes transversais, obtemos análises intraculturais, e se compararmos estes cortes entre si obtemos análises inter ou transculturais. O prisma é prolongável longitudinalmente, como indicam as flechas e os traços descontínuos da face H, para representar o processo contínuo e sem fim da história. O modelo contém também a dimensão referente às relações do indivíduo com o meio ambiente, objeto de estudo da ecologia. Mas o fator ambiental é muito particular: de certo modo, engloba todos os aspectos anteriores, ou seja, todos os campos são “invasidos” por esta variável. No prisma, o ambiente corresponde, digamos, ao “ar” que preenche seu interior. Talvez não fosse necessário esclarecer que o comportamento não corresponde à soma o ao conjunto das diversas faces do prisma, senão ao volume do mesmo (p. 143).



**Figura 15.4** O modelo prismático do comportamento humano.

Fonte: Extraído de Munné, F. La psicología social como ciencia teórica. Edição online, p. 142).

A explanação crítica deste modelo, de suas potencialidades e limitações, não caberia nos limites deste texto. Por ora, cabe dizer que, diferentemente do título dado por Munné à figura que o apresenta, penso que seu prisma não deve ser tomado como um modelo do comportamento humano, mas antes como um “mapa” (uma “cartografia”) tridimensional das áreas de estudo do comportamento humano (mesmo que algumas delas não se assumam como “ciências do comportamento”). Caberia também explicitar que emprego a palavra “comportamento” de um modo convergente tanto com a definição de Henri Piéron (1969, p. 84): “Esta velha palavra usada por Pascal, foi reintroduzida na linguagem psicológica por PIÉRON (1907)<sup>7</sup> como equivalente a behavior (ou Verhalten). Designa as maneiras de ser e agir dos animais e seres humanos, as manifestações objetivas de sua atividade global”; quanto com a de Lagache (apud BLEGER, 1984, p. 25): “o conjunto de operações (fisiológicas, motrizes, verbais, mentais) pelas quais um organismo em situação reduz as tensões que o motivam e realiza suas possibilidades”.

E é assim, como uma “cartografia das ciências do comportamento”, que caberá destacar a proximidade do prisma de Munné em relação ao caráter híbrido, marginal e interdisciplinar da psicologia social, conforme defendem Tassara e Ardans (2008), bem como o fato de conservar tanto a busca pela totalidade e unidade de Bleger quanto a busca pela exaustividade proposta por Maisonneuve. Em acréscimo, o prisma de Munné traz a vantagem de ampliar o reconhecimento das fronteiras e das relações intrínsecas (não meramente adjacentes, como em Maisonneuve) entre a psicologia social, a antropologia e a história, além de incorporar as dimensões bio-etológicas e ecológicas ao quadro compreensivo do comportamento humano.

Neste sentido, esse prisma representa um contributo interessante para estimular debates entre os vários campos de conhecimento nele nomeados e para inspirar uma psicologia social orientada para buscar vislumbrar com maior clareza não apenas as relações mais simples entre o psíquico e o social, mas as complexas relações que vinculam nossa vida interior e nosso comportamento ao nosso meio físico e social imediato e, direta ou indiretamente, à toda a Terra e ao universo. Nesta perspectiva, a questão da significação do hífen em psicossocial perde importância – pode ser vista como apenas um resíduo das insustentáveis clivagens de que tanto a psicologia quanto a sociologia são como que herdeiras, e que cumpre superar.

---

7 O autor refere-se às suas próprias palavras na abertura de uma série de conferências sobre a evolução do psiquismo, que proferiu entre 1907 e 1908 na Secção de Ciências Naturais da *École Pratique des Hautes Études* (França), as quais foram publicadas em março de 2008 na *Revue du Mois*, p. 291-310 (conforme Dagfal, s. d.).

O movimento da transdisciplinaridade pode carrear para as ciências humanas elementos que promovam tal superação; isto sob a condição de que não nos apressemos. Não caberia aqui uma apresentação deste já não tão novo olhar transdisciplinar; valendo-me da exposição de Nicolescu (1999), indicarei apenas que tem entre seus pressupostos a lógica lupasciana (impropriamente denominada “lógica do terceiro incluído”), a noção de nível de realidade desenvolvida no campo da física quântica (e que, alerta, não deve ser confundida com os “níveis de organização” ou “integração” definidos nas abordagens sistêmicas) e o chamado “paradigma da complexidade”, já antes mencionado. O que é preciso enfatizar é que o olhar transdisciplinar não corresponde nem a objetos nem a métodos de pesquisa específicos, não prescinde do rigoroso trabalho propriamente disciplinar nem dos exaustivos esforços interdisciplinares – ao contrário, exige-os; mas, ao mesmo tempo, impulsiona também a uma ultrapassagem destes objetos e métodos disciplinares.

*À guisa de conclusão, penso que vale a ilustração da potência do olhar transdisciplinar mediante a referência aos estudos sobre o imaginário e a paisagem.*<sup>8</sup> Um bom exemplo é a constituição de uma renovada perspectiva para os estudos sobre a imaginação e a vida simbólica, que tem em Gilbert Durand um de seus máximos expoentes. Dentre os conceitos propostos por Durand, merece destaque o de trajeto antropológico, definido como “a incessante troca que existe ao nível do imaginário entre as pulsões subjetivas e assimiladoras e as intimações objetivas que emanam do meio cósmico e social” (DURAND, 2002, p. 41); conforme ele próprio esclarece:

Afinal, o imaginário não é mais que esse trajeto no qual a representação do objeto se deixa assimilar e modelar pelos imperativos pulsionais do sujeito, e no qual, reciprocamente, como provou magistralmente Piaget<sup>9</sup>, as representações subjetivas se explicam “pelas acomodações anteriores do sujeito” ao meio objetivo (DURAND, 2002, p. 41).

---

8 Para um maior detalhamento deste ponto: RIBEIRO, S. M. P. *Preâmbulo: a trajectividade... apud RIBEIRO, S. M. P.; ARAÚJO, A. F. Paisagem, Imaginário e Narratividade: olhares transdisciplinares e novas interrogações da psicologia social.* São Paulo: Zagodoni, 2015. p. 7-14.

9 Durand refere-se ao livro de Jean Piaget, *A formação do símbolo na criança*, publicado no Brasil com tradução de Álvaro Cabral (PIAGET, 1978). Nesta obra (p. 345 e seguintes), Piaget apresenta sua concepção acerca da gênese de todas as formas de pensamento representativo (imitação, jogo simbólico e representação cognitiva) que, segundo ele, desdobram-se solidariamente ao longo do desenvolvimento, posto em marcha pelo funcionamento da estrutura biológica de um organismo que responde às solicitações exógenas em função do equilíbrio progressivo dos dois polos adaptativos, a saber: a assimilação e a acomodação.

E, adiante, acrescenta: “podemos dizer, parafraseando a equação de Lewin<sup>10</sup>, que o símbolo é sempre o produto dos imperativos biopsíquicos pelas intimações do meio” (DURAND, 2002, p. 41).

Colocado dessa forma, o trajeto antropológico pode, de forma indistinta, partir tanto da cultura como da natureza (incluído aí o natural psicológico), já que o que existe de essencial da representação e do símbolo se estabelece entre esses aspectos reversíveis da realidade. Importa sublinhar que esta formulação *trajetiva* do imaginário permite compreender, melhor que as abordagens explicativas lineares, o notável poder dos símbolos, de ligarem os elementos mais díspares e até inconciliáveis desde um ponto de vista positivista, e de ultrapassarem as segregações geográficas, sociais, históricas e culturais.

No campo da geografia cultural, por outro lado, esta concepção contribuiu para a elaboração dos conceitos de “mediância” e de “trajeto mesológico”, por Augustin Berque. Tais conceitos buscam esclarecer a ligação do homem ao seu meio físico e social imediato e, direta ou indiretamente, a toda a Terra e ao universo, por meio de dois mo(vi)mentos inseparáveis e complementares que estruturam nossa existência individual e coletiva: “a exteriorização de nossa corporeidade pela técnica e seu repatriamento pelo símbolo” (BERQUE, 2000b, p. 47). Assim, este autor aplica a palavra *trajetividade* para caracterizar a qualidade de coisas cuja realidade depende, ao mesmo tempo, de existência física (ou “objetiva”; “sensível”) e mental (ou “subjativa”; “simbólica”); este seria o caso de tudo quanto compõe o mundo humano. Esta definição *trajectiva* da paisagem a recomenda como categoria mais acertada para pensar a experiência humana do lugar do que podem ser as categorias “ambiente” ou “território”.<sup>11</sup> Desta forma, compreende-se que ele defina a paisagem como “dimensão sensível e simbólica do meio; expressão de uma mediância” (BERQUE, 2000a, p. 48) – ou seja, como expressão do modo singular como uma coletividade humana habita um dado lugar.

Em suma, pode-se dizer que a “paisagem” e o “imaginário” oferecem um enquadramento teórico mais propício à apreensão não reducionista das situações sociais e psíquicas que sustentam as condutas concretas dos homens, contribuindo para a superação das dicotomias “natureza-cultura”, “sujeito-objeto”, “mente-corpo” e “indivíduo-sociedade”, que caracterizam o projeto científico

10 Aqui, Durand faz menção ao livro de Kurt Lewin, *Princípios de psicologia topológica* (LEWIN, 1973). Nesta edição, a formulação da equação parafraseada por Durand encontra-se na página 27 e seguintes (tópico “A representação construtiva da situação”). Resumidamente: “Todo e qualquer evento psicológico depende do estado da pessoa e, ao mesmo tempo, do ambiente [...] Assim, podemos estabelecer a nossa fórmula [...] para todos os eventos psicológicos como  $C = f(PA)$ ” – sendo que  $C =$  o comportamento ou qualquer evento mental,  $P =$  pessoa e  $A =$  ambiente.

11 Para um maior detalhamento deste ponto, ver: RIBEIRO; BARTALINI, 2015.

moderno e, ademais, marcam profundamente a emergência e o desenvolvimento da psicologia científica.

## Referências

- AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. *Dicionário de psicologia APA*. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- BERQUE, A. *Médiance*. De Millieux em Paysages. 2. ed. Paris: Belin/Reclus, 2000a.
- \_\_\_\_\_. Raison trajective et dépassement de la modernité – en hommage à Nakamura Yûjirô. In: *Furansu tetsugaku.shisô kenkyû (Revue de philosophie française)*, v. 5, 2000b. p. 29-48.
- BLEGER, J. *Psicología de la conducta*. Buenos Aires: EUDEBA, 1963.
- \_\_\_\_\_. *Psicologia da conduta*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.
- BOWLBY, J. *Apego e perda: Apego*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes (Psicologia e pedagogia), 2002 [1969]. (v. 1).
- CALVINO, I. C. *Seis propostas para o próximo milênio: lições americanas*. Tradução Ivo Barroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DAGFAL, A. (s. d.). *El concepto de conducta en la psicología francesa contemporánea*. Disponível em: <<http://www.elseminario.com.ar/>>. Acesso em:
- DURAND, G. *As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arquetipologia geral*. São Paulo: Martins Fontes, 2002 [1960].
- HEIDEGGER, M. *Parmênides*. Madrid: Akal, 2005 [1942-1943].
- KANDEL, E. R.; SCHWARTZ, J. H.; JESSELL, T. M. *Fundamentos da neurociência e do comportamento*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997.
- LEWIN, K. *Princípios de psicologia topológica*. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1973.
- MAISONNEUVE, J. A psicossociologia, ciência-charneira e ciência da interação. In: \_\_\_\_\_. *Introdução à Psicossociologia*. São Paulo: Ed. Nacional: Edusp, 1977.

- MUNNÉ, F. *La psicologia social como ciência teórica*. 2008. Disponível em: <<http://www.portalpsicologia.org/pdfs/2008Munne.pdf>>. Acesso em:
- MUNNÉ, F. A explicação do comportamento humano deve ser o mais simples possível ou o mais complexa possível? In: VICHETTI (RIBEIRO), S. M. P. *Psicologia social e imaginário*. São Paulo: Zagodoni, 2012. p. 27-42.
- NICOLESCU, B. *O manifesto da transdisciplinaridade*. São Paulo: Triom, 1999.
- PIAGET, J. *A formação do símbolo na criança*. Imitação, jogo e sonho, imagem e representação. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- PIÉRON, H. *Dicionário de Psicologia*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1969 [1951].
- REUHLIN, M. *História da Psicologia*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965.
- RIBEIRO, S. M. P.; BARTALINI, V. Notas para uma conceituação de paisagem. In: TASSARA, E. *Terra, anomia e violência: olhares sobre a atual sociedade capitalista brasileira*. 2015. no prelo.
- \_\_\_\_\_. *A psicologia social e o enfrentamento da crise ambiental*. Texto apresentado em Prova de Erudição para a obtenção de título de Professora Titular junto ao Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, em 05/05/2006. São Paulo: mimeo, 2006.
- TASSARA, E.; ARDANS, O. A relação entre ideologia e crítica nas políticas públicas: reflexões a partir da psicologia social. *Psicologia Política*, v. 14, n. 7, 2008. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/~psicopol/seer/ojs/viewarticle.php?id=95>>. Acesso em: